



21º MEETING INTERNACIONAL
Na Argentina, Marconi diz que Temer e Macri são esperança para as reformas necessárias



CERRADO



Goiânia, SÁBADO, 15 de outubro de 2016

- www.wildermorais.com.br
- facebook.com/wildermorais
- instagram.com/wildermorais
- twitter.com/wildermorais

FRUTOS DA TERRA

11 composições que revelam a beleza da canção goiana



A NOSSA CARA

As 11 melhores canções de Goiás

WELLITON CARLOS

A cada povo é dado um parcela de criatividade. Daí que não existe uma definição e extração precisa da realidade que nos indica qual produção cultural é ou não mais rica. Se a cada comunidade é dado espaço para seus artistas se desenvolverem, o mais certo é demonstrar que a cada território a arte confere unidade.

A música, por exemplo, permite criar unidade em torno de um povo. É diante deste desafio que o jornal **CERRADO** chama o leitor a também pensar: quais são as músicas de maior

destaque da lavra de goianos? E mais: em que medida elas representam o Estado?

Tarefa difícil, mas não impossível. A arte das melodias foi generosa com os goianos, ao ofertar composições que revelam a beleza da canção goiana.

A lista que oferecemos não é fechada, mas aberta aos que escutam em seus cérebros outras harmonias e cantorias. O que não dá para esquecer, com certeza, é a riqueza dos acordes finos e agrestes percutidos pelos goianos e mesmo gente de fora, mas que se apaixonou por alguma característica temática do nosso povo – seja a beleza

da índole seja a mãe-natureza.

A lista que segue apresenta 11 grandes canções de gerações diferentes. Tem composições mais recentes – caso de “Sonhando”, da banda Mr Gyn. Mas o antigo cancionista também aparece em nossa seleção, como em “Noites Goianas”, de Joaquim Bonifácio/Joaquim Santana.

A seleção não é uma escolha de grandes cantores ou músicos de Goiás, já que estas seriam outras listas. Trata-se, sim, de uma seleção de músicas que ao serem expostas para os goianos representam, de alguma forma, os valores

culturais de seu povo e estado, além de repercutir quanto a seu estilo de vida. Desta forma, grande parte é de canção escrita no ambiente rural. Mas é inegável que o universo urbano aos poucos deixa a marca melódica em nossa história – caso de “Minha Goiânia Querida” (Ivan Lins).

As canções se dividem em reflexões sobre a goianidade, estados de espírito ou mesmo narrativas sobre nosso povo. É o caso de “Noites Goianas”: “Em Nice, em Lisboa/ Na Itália famosa/Tais noites não há/ São noites somente/ Da pátria formosa/ Do índio Goyá/ As noites

goianas/ São claras, são lindas/ Não temem rivais/ Goianos, traduzem/ Doçuras infindas/ As noites que amais”.

Também inspirada na natureza, uma das obras primas da canção goiana, de Carlos Brandão, revela a poesia moderna, quase concreta, que inspira um cancionista moderno e sofisticado: “Floresceu, pé de flor flora/ Flor e céu, rio e mel, meu no lugar onde o amor mora manheceu, sorriso seu/ Feito alguém sonhando/ em algum lugar/ Me guardei, coração só/ Feito alguém brincando sonhos de voar/ Floresceu, pé de flor flora manheceu, sorriso seu”.

- Frutos da Terra (Marcelo Barra)
- Minha Goiânia Querida (Ivan Lins)
- Araguaia (Marcelo Barra)
- De dois (Gustavo Veiga e Carlos Brandão)
- Pé de Flor (Carlos Brandão/ Flávio Dell'Isola)
- Nós é jeca mais é jóia (Juraílides da Cruz)

- Rumo a Goiânia (Leandro e Leonardo)
- Coração da Pátria (Lourival dos Santos, Silveira e Sebastião Victor)
- Noites goianas (Joaquim Bonifácio/Joaquim Santana)
- Goiana (Tonico e Tinoco)
- Sonhando (Mr. Gyn)

Banda Mr. Gyn, que levou, no início deste milênio, a música goiana às rádios de todo o país com o sucesso *Sonhando*



DVOUGRAF40

CERRADO

Informativo diário do gabinete do senador Wilder

Brasília

Senado Federal – Ala Sen. Afonso Arinos – Anexo II
Gabinete nº 13 – CEP 70165-900.
Telefone: (61) 3303-2092/Fax (61) 3303-2964

Goiânia

Rua 88, nº 613, Qd. F-36, Setor Sul –
CEP 74-085-115.
Telefone: (62) 3638-0080/(62) 3945-0041

Editor

Thiago Queiroz
Supervisão gráfica
Valdinon de Freitas

Reportagem

Sinésio Dioliveira, Welliton Carlos,
João Carvalho, Wandell Seixas e
Rafaela Feijó

Capa

Urubuzinho
e botão-de-ouro

EDUCAÇÃO

Proposta do senador Wilder: e se os professores aliassem teoria e prática em sala?

WELLITON CARLOS

O senador Wilder Moraes apresentou emenda a Medida Provisória 746, que institui a reforma do ensino médio, com o objetivo de planejar a formação dos docentes tendo em vista aprimorar a educação brasileira.

Pela proposta, o § 8º do artigo 62 da Lei nº 9.394/96, que institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, passaria a ter o seguinte conteúdo: "Os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular e considerarão o aprendizado de práticas e metodologias apropriadas para cada etapa da educação básica."

De acordo com o parlamentar goiano, o avanço na qualidade da educação passa necessariamente pela formação docente. "Acreditamos que professores e outros profissionais da educação são, junto com os educandos, os protagonistas do processo de ensino e aprendizagem", diz Wilder.

Para ele é preciso unir a prática ao aspecto teórico, dando ao professor a capacidade de realmente preparar o aluno para as habilidades e competências exigidas no mundo contemporâneo. "Observamos que os cursos de formação de docentes, muitas vezes, pecam pela inconsistência no oferecimento de ferramentas didáticas e metodológicas que

permitam a esses educadores em formação enfrentar a sala de aula. Em outras palavras, há muita teoria".

Wilder diz que a teoria não é suficiente para que, ao receber seu diploma, o novo professor possa elaborar e aplicar estratégias e intervenções pedagógicas adequadas para cada etapa da educação básica. Daí a sugestão da prática, que seria uma espécie de "residência do professor".

Wilder propõe que a teoria seja um amplificador das descobertas e práticas que se aprende na realidade. Para o parlamentar, não faltam exemplos que deram certo e que o Brasil pode aproveitar. Países como Austrália e EUA – diz o senador goiano – são exemplos de aplicação integrada dos currículos da base comum das escolas.

Para ele, a ideia de vincular a formação de docentes a Base Nacional e Comum Curricular advém da necessidade de coordenação entre o conteúdo e a formação dos educadores e dos educandos. "Outro mecanismo que deve ser levado em consideração e com maior atenção é o estágio durante a formação do educador. É mais que necessário uma política que vise a melhor preparação do educador para atuar perante as complexidades e diversidades de sala de aula", pontua

Wilder acredita que o Ministério da Educação e seus conselhos

deveriam aproveitar o estágio para pensar em políticas que visem incluir o desenvolvimento de abordagens e metodologias práticas modernas que unam a teoria à realidade local. "A mudança metodológica do ensino é fundamental para despertar interesse e incentivar os estudantes e professores no processo de aprendizado e de desenvolvimento de habilidades", completa.

MEDIDA

A MP nº 746, de 22 de setembro de 2016 foi inserida no arcabouço jurídico do país com uma série de mudanças no sistema educacional do país. Uma das principais modificações diz respeito exatamente ao direito do estudante escolher que caminho seguir dentro da escola, não sendo obrigado estudar o mesmo currículo que os demais. Além desta modificação, a medida propõe a ampliação do ensino em tempo integral.

A medida incide na LDB e terá que ser aprovada pelo Congresso Nacional para ser converter em lei. A MP precisa tornar-se lei em 60 dias, prazo que pode ser prorrogado por igual período, caso contrário perde sua eficácia.

Conforme a Constituição Federal, se a medida provisória não for apreciada em até 45 dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência em cada uma das casas do Congresso Nacional.



Wilder diz que a teoria não é suficiente para que, ao receber seu diploma, o novo professor possa elaborar e aplicar estratégias

MARCONI NA ARGENTINA

'Temer e Macri são a esperança de renovar a gestão e realizar reformas de que Brasil e Argentina precisam'



Marconi disse que o Brasil não quer mais ficar no vermelho, e vê onda de prosperidade

O governador Marconi Perillo palestrou, na manhã desta sexta-feira, 14, no 21º Meeting Internacional do Grupo LIDE, em Buenos Aires (Argentina). O seminário debateu a relação econômica entre Brasil e Argentina. Um dos primeiros a falar, Marconi produziu o eixo central da discussão, seguido pelos próximos expositores, ao afirmar que os presidentes Michel Temer e Mauricio Macri representam, hoje, a esperança de Brasil e Argentina renovarem suas gestões e realizarem as reformas estruturantes que ambos os países necessitam.

"O Brasil não quer mais ficar no vermelho. Vivemos hoje uma onda de prosperidade, que nos levará a um porto seguro daqui para frente. O presidente Michel Temer tem a tarefa de fazer a travessia para esse porto seguro. Todos nós estamos com ele e, certamente, com o presidente Mauricio Macri. Ambos são a esperança de colocar nossos países nos trilhos, renovar as gestões e realizar as reformas necessárias", disse.

Marconi afirmou que o momento econômico que os dois países atravessam exige a tomada de medidas duras pelos gestores para que ambos possam se reerguer e voltar a crescer. "Estou animado com a fase nova iniciada nos dois países. Apoio integralmente os esforços que estão sendo feitos pelo presidente Temer, com apoio do Senado e da Câmara dos Deputados. Muitas medidas estão sendo tomadas e muitas outras serão tomadas sob pena de o Brasil se sucumbir de vez. Precisamos tomar medidas corajosas agora. Medidas muito mais duras inclusive do que a PEC que corta os gastos; e vejo isso acontecer com meus colegas governadores e comigo. As dificuldades são enormes. Então, mais do que nunca, esse serviço será fundamental para o futuro do Brasil", disse.

Ele disse ainda estar solidário ao presidente Macri, que se viu obrigado a tomar uma série de medidas consideradas impopulares para tirar a Argentina de uma situação quase caótica, a exemplo do presidente Temer, no Brasil.

SENADOR WILDER NA MÍDIA

12 GOIÂNIA, SEXTA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 2016 **Diário da Manhã**



Fio Direto
SUELY ARANTES arantes.sueli@gmail.com

Wilder Moraes comemora incentivo do BNDES à produção de energia limpa



O senador Wilder Moraes (PP) afirma que a nova atitude do BNDES em relação ao setor de energia vai impulsionar uma nova economia no Brasil: mais limpa e eficiente. De acordo com a nova política de financiamento no setor de energia, os projetos de energia solar receberam aumento de financiamento para uso de Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Por sua vez, a política do banco extingue o apoio para as térmicas de carvão e óleo e as linhas de transmissão. Conforme o governo federal, a proposta a partir de agora é investir em fontes renováveis. Com a mudança, o teto de geração de energia solar passou de 70% para 80%. Para as fontes eólicas, biomassa e cogeração, além das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), a participação está mantida em 70%. Wilder lembra que a TJLP é definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) a cada trimestre. No momento, a taxa é de 7,5% ao ano, bem abaixo da taxa básica de juros, a Selic, fixada em 14,25%.

FOLHA DO SUDOESTE 34⁺
O JORNAL MAIS LIDO DO INTERIOR GOIANO

NACIONAL ESTADO CIDADES POLÍTICA **ECONOMIA** AGROFOLHA POLÍCIA EDUCAÇÃO RELIGIÃO + EDITORIAS

Autor de projetos para o setor, senador Wilder comemora incentivo do BNDES à produção de energia limpa



O senador Wilder Moraes (PP) afirma que a nova atitude do BNDES em relação ao setor de energia vai impulsionar uma nova economia no Brasil: uma economia limpa e mais eficiente. De acordo com a nova política de financiamento no setor de energia, os projetos de energia solar receberam aumento de financiamento para uso de Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Por sua vez, a política do banco extingue o apoio para as térmicas de carvão e óleo e as linhas de transmissão.

Conforme o governo federal, a proposta a partir de agora é investir em fontes renováveis. Com a mudança, o teto de geração de energia solar passou de 70% para 80%. Para as fontes eólicas, biomassa e cogeração, além das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), a participação está mantida em 70%.

O senador Wilder lembra que a TJLP é definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) a cada trimestre. No momento, a taxa é de 7,5% ao ano, bem abaixo da taxa básica de juros, a Selic, fixada em 14,25%.

PROJETO

JORNAL DO VALE

CATEGORIAS UTILIDADE PÚBLICA ELEIÇÕES COTIDIANO TECNOLOGIA VALECAP

PRIMEIRA LEITURA

Importação de leite preocupa senador Wilder Moraes



A importação de leite está preocupando o senador Wilder Moraes (PP), que tem acompanhado o problema no Senado Federal, em Brasília. A situação reinante afeta 850 mil famílias no Brasil, das quais 70 mil apenas em Goiás. O problema foi discutido, na semana passada, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado (CRA). A presidente, Ana Amélia, inclusive é componente do PP do senador Wilder. E ambos vêm debatendo a situação preocupante dos produtores de leite em todo o país.

O senador Wilder defende que o governo ajude os produtores brasileiros a conseguir uma produção de forma mais barata e, desta forma, o leite não encarecer nas prateleiras dos supermercados. "Não podemos esquecer dos consumidores, principalmente das famílias de baixa renda, que não podem ficar sem leite em suas mesas. Mas também temos que dar força ao setor aqui no Brasil, para que ele não entre em falência e fiquemos reféns da produção de outros países", observa o senador Wilder.

Na opinião dele, a reunião da Comissão foi "das mais oportunas", porque levou representantes

dos ministérios da Agricultura e das Relações Exteriores a buscarem alternativas que ajudem a corrigir possíveis distorções na relação de compra do leite uruguaio. Nas próximas semanas, o governo federal deve checar os números de importação de lácteos daquele país na busca de um acordo que prime pelo bom senso, uma vez que, segundo os produtores, as exportações anteriormente direcionadas à Venezuela vêm sendo escoadas ao mercado brasileiro. O senador entende a complexidade do problema que afeta os produtores de leite do país, mas "tem as nuances de ordem internacional".

Carência de cotas

"A indústria é favorável ao Mercosul, mas nós precisamos de cotas para não sermos surpreendidos com altos índices de leite no mercado nacional que derrubam o preço e inviabilizam a atividade. Precisamos de uma ação do governo nem que seja com a compra de parte da produção ou incentivos fiscais", sugeriu o presidente do Sindilat e do Conleite, Alexandre Guerra. A sugestão do Sindilat é, de imediato, adotar monitoramento do mercado de forma a equilibrar a importação de leite, fixar cotas para o Uruguai e trabalhar na desoneração de máquinas e equipamentos para uso dos produtores e da indústria.

Ao lado do setor, a senadora e presidente da Comissão, Ana Amélia Lemos, reforçou o coro como forma de proteger milhares de pequenos produtores que vivem do leite no Brasil. "O problema é mais complexo do que imaginávamos porque envolve regras internacionais, custo de produção e questões sociais". Entre as hipóteses em análise está a criação de cotas para o leite do Prata, o que não é bem visto pelo Ministério das Relações Exteriores, que teme retaliações. "Temos que pensar que talvez eles também queiram fechar outros mercados para o Brasil", alertou o diretor do Departamento do Mercosul, Otávio Brandelli. Contudo, é preciso avaliar que há produtos na pauta de exportação brasileira que não têm livre acesso ao mercado uruguaio como se gostaria, como a carne de franco, por exemplo.

mais complexo do que imaginávamos porque envolve regras internacionais, custo de produção e questões sociais". Entre as hipóteses em análise está a criação de cotas para o leite do Prata, o que não é bem visto pelo Ministério das Relações Exteriores, que teme retaliações. "Temos que pensar que talvez eles também queiram fechar outros mercados para o Brasil", alertou o diretor do Departamento do Mercosul, Otávio Brandelli. Contudo, é preciso avaliar que há produtos na

agênciasenado



Demora na quebra de sigilo e no rastreamento de recursos poderá resultar em punição



O relator designado para a matéria na CAE foi o senador Wilder Moraes (PP-GO). Depois de receber parecer nesse colegiado, a proposta seguirá para análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde a decisão será terminativa — se aprovada, a matéria seguirá diretamente para análise na Câmara, a menos que haja recurso para que a decisão final seja no Plenário do Senado.